



A ETNICIDADE E O TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TERRANOSTRA E UNIDOS VENCEREMOS, MANAUS/AM

Maria Isabel de Araújo¹

Silas Garcia Aquino de Sousa²

Linha de Pesquisa: I – Identidade, Cultura e Territorialidades

1 Introdução

Os grupos sociais constroem no espaço relações de convivência social, trabalhistas e ambientais, concedem significado simbólico ao lugar assim produzindo territorialidades (ALMEIDA,2008; SCHWEICKARDT, 2014). Neste contexto as Comunidades Terranostra (TN) e Unidos Venceremos (UV), zona rural do município de Manaus/AM, constroem suas identidades a partir dos vínculos com a terra, a floresta, a água dos rios e igarapés, além dos vínculos de parentesco e afinidades que unem as famílias entre si.

As Comunidades TN e UV formam um grupo de 20 famílias que se identificam como agricultores familiares. O pertencimento ao lugar, para além dos traços que se constituem da memória biocultural e suas referências históricas, origem, relações de parentesco, afinidades, essa comunidade constroem identidades políticas para garantia de direitos, afirmando certas características a partir das

¹ Discente do curso de doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, PPGCASA. mbelaraujo@gmail.com

² Doutor em Engenharia Florestal/Conservação da Natureza, Embrapa Amazônia Ocidental. silas.garcia@embrapa.br

relações com outros grupos sociais, nos remetendo ao conceito de fronteira étnica tal como formulada por Fredrick Barth (1997). Essas identidades não se definem a *priori*, mas são constantemente reafirmadas ou revistas à luz dos contatos e da luta pela garantia de seus direitos. Assim a etnicidade é sempre reinventada frente à mudança da realidade, uma identidade que une as pessoas e constroem o pertencimento ao lugar, mesmos sem a garantia do Estado ao reconhecimento do direito agrário/fundiário no espaço território onde habitam.

Dessa forma, a problemática que motivou a pesquisa está assim formulada: de que forma se efetiva o reconhecimento da identidade étnica junto aos comunitários, considerando o reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de atitudes, crenças, valores sociais, que se estabelecem não apenas nas práticas tradicionais de plantio, cultivo e produção agrícola, mas sobretudo nas relações com os mercados consumidores e com os agentes públicos demarcando as fronteiras identitárias que se definem no contato com outros?

Justifica-se a presente pesquisa, considerando a forma de organização social dos agricultores, que se validam na interação/ativação dos signos culturais diferenciados socialmente, tendo em conta que o grupo étnico não é um grupo que partilha de uma mesma cultura, visto que, a cultura se forma como um suporte cultural, representada em termos de valores, costumes, signos, sinais diacríticos dentre outros, resultando no processo de valoração socioambiental dos comunitários a favor do meio ambiente enquanto espaço/local de moradia e segurança alimentar, considerando o reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de atitudes, crenças, valores sociais, que se estabelecem nas práticas tradicionais de plantio, cultivo e produção agrícola. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é desvelar a construção do espaço/ território como espaço de produção/apropriação da identidade no sentido étnico cultural que se estabelecem nas relações identitárias e de pertencimento nas práticas tradicionais de plantio, cultivo e produção agrícola nas comunidades Terranostra e Unidos Venceremos. O procedimento metodológico utilizado foi o método dedutivo; quanto aos meios a pesquisa baseou-se na combinação das técnicas da pesquisa bibliográfica, e estudo de caso, realizado nas Comunidades TN e UV, zona Rural do Município de Manaus/AM, e, quanto aos fins, qualitativa.

2 Referencial Teórico

O conceito de etnicidade é de difícil abordagem, considerando as várias dimensões de sua manifestação na vida humana, de modo bastante pertinente Barth (1997) define o conceito (eticidade) como campo de estudo dos processos variáveis e nunca terminados [...] na base da dicotomização nós/eles, [...] de uma origem comum e realçados nas interações sociais (BARTH, 1997).

Por conseguinte, os grupos étnicos, são um plesbicio diário, diante das formas que os comunitários debatem os problemas que mais abalam ou ameaçam os grupos, sejam a problemas associados a partilha do território por grupos com a mesma filiação cultural quer seja no plantio de variadas espécies nos quintais agroflorestais. Assim, o território enquanto espaço do grupo social, cuja identidade esta ligada ao produto de apropriação estabelecidas nas relações afetivas, identitárias, de pertencimento e políticas. Neste sentido, Barth (1997) aponta que a construção da identidade étnica tem por base fundadora a autoafirmação, que se expressa no ato dos membros do grupo de se identificarem a si mesmos e serem identificados pelos outros. Uma vez que “pertencer a uma categoria étnica implica [...] reivindicar ser julgado e julgar a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade” (BARTH, 1997).

É importante ressaltar que o elemento de ligação, produção e reprodução da etnicidade é definido por Parajuli (2006) de diversidade biocultural, como uma propriedade da natureza, uma prática de cultivar uma totalidade de espécies, populações e comunidades, ou seja, a natureza produz cultura e etnicidades. Surgem assim as etnias, como sujeitos sociais, no cenário multicultural, a reivindicar reconhecimento no espaço território, baseados em seu caráter étnico, constituídos de direitos as políticas públicas que contribuam para uma sociedade mais justa e inclusiva.

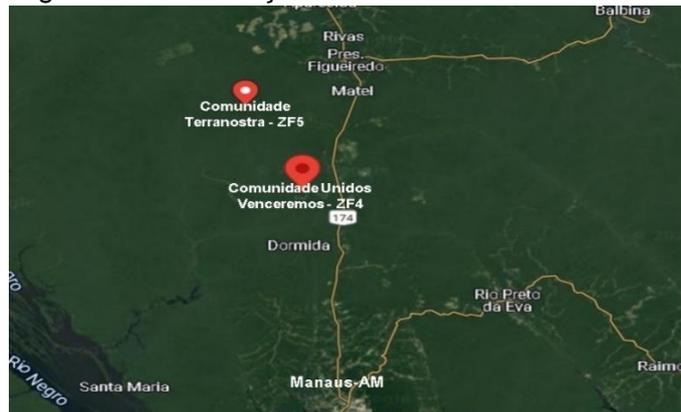
3 Metodologia

O procedimento metodológico aplicado no desenvolvimento da temática baseou-se como estudo de caso com analise em dados secundários da revisão bibliográfica em publicações de autores que abordam a temática, a oferecer aporte teórico-científico disponíveis, como assinala secundário, que, segundo Yin (2010) o

estudo de caso propicia a investigação empírica, sistêmica e metodológica através de procedimentos previamente especificados, analisando a realidade local a partir do contexto, das variáveis envolvidas e do ponto de vista dos próprios agentes incluídos (YIN, 2010).

As informações foram obtidas em visitas *in loco*, realizadas nas comunidades Terranostra e Unidos Venceremos, zona rural do município de Manaus (AM), partindo das técnicas da observação etnográfica. As comunidades (Figura 1), estão localizadas no Km 83 e 67, da BR 174, zona rural da cidade de Manaus/AM, coordenadas geográficas a 2°17'33.3"S - 60°16'15.3"W e 2°23'32.2"S 60°02'14.5"W, quanto a coleta de dados ocorreram no 3º bimestre/2022.

Figura 1 – Localização das comunidades TN e UV



Fonte – Adaptado Google Map

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas nas visitas *in loco* junto aos agricultores familiares das comunidades. A amostragem obedeceu a critérios não probabilísticos no território dos agricultores familiares das comunidades. Valemos do referencial teórico, para a análise dos dados na perspectiva da totalidade. Quanto aos aspectos éticos que regem em caso de pesquisa com seres humanos foram respeitados, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do IFSudeste MG, CAAE No. 54405721.0.0000.5588, em 17 fev. 2022.

4 Resultados e Discussão

O grupo em estudo surge em função da emigração da cidade para o campo, que

ocorreu no início da década de 2000 (comunidade Unidos Venceremos) e início da década de 2010 (comunidade Terranostra). O surgimento das comunidades - Terranostra e Unidos Venceremos é parte de um processo de ocupação na área do Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa (DAS).

Originalmente o DAS, atendendo as políticas de gestão da Zona Franca de Manaus, foi pensado como um processo de promoção do desenvolvimento social e econômico da Amazônia Ocidental. Áreas foram cedidas pela Suframa para grandes fazendas com mais de dois mil hectares, que desmataram inicialmente cerca de 200 ha, retiraram madeira nobres e exportaram para outras regiões do país, ocuparam o solo com plantio principalmente de pastagens, seringueiras, dendezeiros e guaranazeiros. No final de década de 1990 os empreendedores abandonaram as terras da Suframa, pelo insucesso do empreendimento. Atualmente os ocupantes, denominados de agricultores familiares cultivam a terra em lotes situados nas vicinais secundárias das antigas fazendas (ARAÚJO *et al.*, 2022).

Observa-se nesta construção simbólica, que nas comunidades existem diferenciação cultural, isto é, valores de uma cultura local, dentro de uma subcultura regional.

Neste contexto, Hall (2006) nos auxilia a perceber que as identidades se “tornam desvinculadas - desalojadas - de tempo, lugar, histórias e tradições específicos”. Os valores simbólicos dos grupos, além de reafirmar, reforça, o prestígio social, econômico e político que desfrutam na comunidade. Contribuem nesse processo de construção de identidades relacionais a influência da Igreja Católica, das Igrejas Evangélicas, dos movimentos sociais, sindicatos, associações e cooperativas de agricultores através de seus seguidores, suscitando de certa forma, a consciência da diferença e a percepção dos valores que orientam a ação, fundamentais a definir o padrão de comportamento da sociedade (WEBER, 1997). Percebe-se assim, como destaca Weber (1997) que existe um duplo estatuto na questão da identidade. De um lado, é um processo em construção e, de outro, é algo substantivo na qual os agentes sociais decidem acreditar.

Assim, o território, em sua origem, nasce com uma conotação, material e simbólica, enquanto espaço território *continuum* dentro de um processo espaço-tempo que inspira a identificação de dominação e/ou apropriação,

desse modo o território é funcional a começar pela sua relação enquanto recurso natural de matérias-primas diante dos modelos de sociedade(s) vigente(s). De modo geral, o território é o lugar das representações mentais e do imaginário mitológico dessas sociedades, além de espaço de reprodução econômica das relações sociais, pois é com ele que agem sobre o meio natural e desenvolvem seus métodos tradicionais de manejo (DIEGUES e ARRUDA, 2001). Nesse sentido, no território das comunidades são descontínuo, marcado por área da habitação, criação de pequenos animais, áreas de pousio, coleta extrativista, produção (hortícolas), área do quintal agroflorestal (Figura 2) ao redor da casa.

Figura 2 - Área do quintal agroflorestal



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2022).

Com efeito, ao longo de todo o processo evolutivo, o contexto cultural tem o papel regulador das condições sociais de construção no sentido de si mesmo. Partindo dessas premissas, suscitamos Raffestin (1993), visto que, a territorialização é movimento dinâmico de construções no tempo e espaço, envolve as ações cotidianas sociais, históricas, recíprocas e coletivas dos sujeitos, reproduzidas e construídas nas múltiplas relações-territoriais, [...], por exemplo: casas, ruas, crenças, rituais, templos, entre outras (RAFFESTIN, 1993).

Em síntese, os territórios e as fronteiras (diferenças que distinguem os grupos sociais por processos histórico-culturais) são de maneira geral, produto/condição, apropriação/dominação, conteúdo/formas, relações/ações materiais/imateriais dos grupos sociais em redes de interdependências à construção das identidades.

Neste cenário, o tempo e os múltiplos processos de construção e

reconstrução de identidades geraram formas de uso, múltiplas estratégias e manuseios laborais no solo que passaram por mutações decorrentes dos novos modos de vida, materializadas nas práticas sociais, culturais, econômicas e ecológicas nas áreas rurais da hinterlândia amazônica.

Insta destacar que os elementos de interação (físicos, biológicos e culturais) produzem, a partir de variações peculiares, uma realidade conhecida composta pelos aspectos naturais e culturais (humano), desta forma, não existiu apenas e tão somente um saber ecológico ou saber ambiental, mas sim, saberes, compreendendo a pluralidade de fatores e realidades, a partir de elementos físicos, biológicos, edafoclimáticos e culturais (Araújo, 2013), implicando em peculiaridades no território, que sofrem variações significativas e/ou subjetiva dos fatores ambientais, naturais e artificiais.

Assim, dentro dessa complexa teia de relações, que conecta as redes de interdependência dos agricultores, está implícito o apoio em rede, que confirma a interdependência em composições socioculturais, que compõem uma figuração, constituída por vínculos, relações, que os inter-relacionam. e que vai, além da prática laboral, cujos critérios e valores são construídos em uma relação de interdependência com configurações externas ao grupo, assim como, a própria identidade, cujas diferenças não são imutáveis ou invariáveis, os grupos não são homogêneos, fixos e imunes a todo o complexo social em que estão inseridos, forças sociais são “exercidas pelas pessoas, sobre outras pessoas e sobre elas próprias (ELIAS, 2008).

Cabe ressaltar, a fim de legitimar a identidade dos comunitários, como um conjunto de representações e símbolos, apropriados pelos sujeitos que partilham tal identidade cultural étnica, com destaque as formas de manejo e cultivo nas propriedades, um sistema integrado de produção, classificados de agroflorestas, com baixa utilização de insumos externos agroquímicos e agrotóxicos, constituído de várias espécies de produção vegetal, sendo a maioria cultivada de forma consorciada e em menor escala em monocultivos, de acordo com as exigências das espécies heliófilas, como é o caso dos laranjais, coqueirais, açaicais, bananais... destaca-se ainda no sistema agrobiodiverso a produção animal, com criação de pequenos e médios animais.

Essa tomada de decisão garante soberania e segurança alimentar, categorizando os agricultores como produtores orgânicos de alimentos de base agroecológica (SOUSA, *et al.*, 2018).

Os quintais, caracterizados como espaço agrofloretais biodiversos, além de servir para o cultivo de espécies da agrobiodiversidade tropical, apresenta variadas formas de utilização, tais como socialização, encontros a promoção de festa, reuniões comunitárias, trocas dialógicas de vivências e práticas agrícolas de trabalho comunitário, social e solidário, denominado de trabalho em regime de ajuri

O sistema de trabalho em regime de ajuri, revela uma relação de mútua integração,

presente nas práticas sociais em função das atividades agrícolas presentes nas relações de trabalho, como uma identidade territorial em relação ao sistema de produção agroalimentar, de práticas de saberes ancestrais na conservação da natureza e garantia de segurança alimentar (ARAÚJO *et al.*, 2016).

Nesse sentido, a problemática que motivou a pesquisa foi a de se responder de que forma se efetiva o reconhecimento da identidade étnica junto aos comunitários, considerando o reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base na interação e/ou ao contato com outros, relações de parentescos e/ou comradice, carregados de atitudes, crenças, valores sociais, que se estabelecem nas práticas tradicionais de plantio, baseado na agrobiodiversidade, denominado neste trabalho de agrofloresta biodiversa?.

Constatou-se que os comunitários do Terranostra e Unidos Venceremos estão em processo de construção do espaço/território, como espaço de produção/apropriação em busca da identidade no sentido étnico cultural.

Com efeito, fortalecem as relações identitárias e de pertencimento nas práticas tradicionais de plantio, na modalidade agroflorestral, plantando árvores na tentativa de conquistar o espaço/território com produção e apropriação.

A construção do espaço agroalimentar é extremamente complexa, seja em função da grande diversidade da paisagem (ambiente, meio físico, variáveis econômicas ...), seja em virtude das diferentes estratégias de sobrevivência desse povo nas condições biogeodiversa da Amazônica.

Em termos de grupos humanos distintos, são identificados por uma cultura histórica própria, permitindo uma identificação social e política como grupos étnicos que estabelecem relações interdependentes e mutáveis entre si de natureza diversa de cooperação, socialização, competição, dominação e outras relações sociais.

5 Conclusões

Conclui-se que as atividades de manejo e uso do solo pelos agricultores familiares, por meio da prática tradicional de cultivar agroflorestas pode consolidar a formação de uma identidade étnica, fruto do processo de ocupação do espaço/território, resistência e resiliência com processo de produção e apropriação na área do DAS, sendo o elemento mais concreto dessa etnicidade, o sentido de pertencimento compartilhado com a natureza, baseado na história comum do grupo étnico através da interação social, na vertente caracterizada de agricultura familiar, praticantes de agroflorestas biodiversa.

Observa-se em relação à amostra dos agricultores familiares, que na exploração da terra, estabelecem relações de parceira comunal, solidária fraternal e extensa em sistema de trabalho em regime de ajuri, seus sistemas produtivos são complexos e diversificados a atender às necessidades no núcleo parental, comunal e a necessidade de geração de renda com comercialização, combinando cultivos agrobiodiversos em quintais agroflorestais como garantia e proteção do espaço/território que é fundamental para os processos ecológicos do bioma e biodiversidade amazônica, considerando os princípios do desenvolvimento justo e sustentável.

Assim, os esforços iniciais a inclusão social desses comunitários ao fenômeno da etnicidade, devemos considerar que é plural e se transforma na ação e reflexão humana no processo de produção de sua existência – estimulando o etnodesenvolvimento das definições sociais e políticas da diferença, sobre a qual a etnicidade repousa.

6 Agradecimentos

Embrapa Amazônia Ocidental.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas.
Os comunitários da Comunidade Terranostra e Unidos Venceremos.

7 Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras Tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: **Terras Tradicionalmente ocupadas**. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ARAÚJO, M.I.de; SOUSA, S.G.A.de. **Transformações socioagroambientais e territoriais nas comunidades do DAS, ZF4 e ZF5, Manaus-AM**. In: Simpósio Interdisciplinar de Ciência Ambiental. Anais. SICAM. São Paulo: IEE-USP, 2022.

ARAÚJO, M. I.; SOUSA, S. G. A.; BLAIDES, J. M. As Práticas de 'Ajuri' Processadas nos Quintais Agroecológico. **Anais...** In: II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia. II SISCULTURA, Manaus – AM, 2016.

ARAUJO, L.E.B. de; TYBUSCH, J.S.; ARAÚJO, T.L.R. de. Meio Ambiente e Direitos Humanos. In: **Família, cidadania e novos direitos**. Porto Alegre, 2013.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1997.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro, 2006.

PARAJULI, P. "Retornando ao Lar Terra: etnicidades ecológicas e diversidades bioculturais na idade da ecologia." **Em Racismo Ambiental**, organizado por S. Herculano e T. Pacheco. Rio de Janeiro: FASE, 2006, pp 100 - 118

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo :Ática. 1993.

SCHWEICKARDT, K.H.S.C. Estado, território e sujeitos sociais emergentes na Amazônia: algumas reflexões a partir do médio Rio Juruá. In: Neide Esterici; Horácio Antunes de Sant'ana Júnio. **Territórios ambientais em construção na Amazônia Brasileira**. 1ed.Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, v. 1, p. 277-306

SOUSA, S.G.A.; ARAUJO, M.I.; WANDELLI, E.V. A trajetória na temática agroecológica. 10. Seminário de Agroecologia do DF. 5. **Anais**, v. 13 n. 1, 2018.

WEBER, M.K.E. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre, 2010.